

As trilhas do fogo e outras trilhas

A realização esta semana, em Macapá, de um workshop sobre a biodiversidade amazônica brasileira, tentando identificar as ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de seus benefícios, gera esperança de que se possa encontrar um caminho realmente

profícuo para impedir a devastação e o uso predatório daquele bioma. Já não é sem tempo. Só entre junho e agosto deste ano o INPE identificou cerca de 45 mil focos de fogo na região. Pesquisadores norte-americanos e brasileiros anunciaram que a área comprometida na Amazônia pelo corte seletivo de madeira – que abre caminho para o fogo – pode ser muito maior que a admitida. Segundo o secretário-executivo do Instituto Sócio-Ambiental, João Paulo Cabobianco, não seriam apenas 16,8 mil quilômetros devastados em 1998; o corte seletivo levaria a adicionar entre 15% e 18% aos números de cada ano. E o desmatamento total já estaria em 532 mil km², ou 15% da floresta bruta.

A situação tenderia a agravar-se com a entrada de novas madeireiras estrangeiras, atraídas pela desvalorização do real e pela recuperação de economias asiáticas. As dez empresas estrangeiras que já atuam na área exportaram 40% do total nacional. E todas as dez foram, segundo o Greenpeace, multadas entre 1997 e 1999, por extração ilegal.

Num quadro tão agudo, parece pouco provável que consigam reverter decisivamente a situação medidas pontuais como a liberação de R\$ 24 milhões pelo Senado para combate a incêndios, ou a portaria que permite, por 60 dias, a prisão de fazendeiros ou empregados que provoquem queimadas.

Será preciso muito mais. Até porque alguns dados novos complicam a situação. Um deles é o estudo *The Terrestrial Biosphere and Global Change: Implications for Natural and Managed Ecosystems*, publicado por um grupo de cientistas que trabalham para o Programa Internacional Geosfera Biosfera (IGBP). Dizem esses cientistas que há clara evidência de que “o carbono



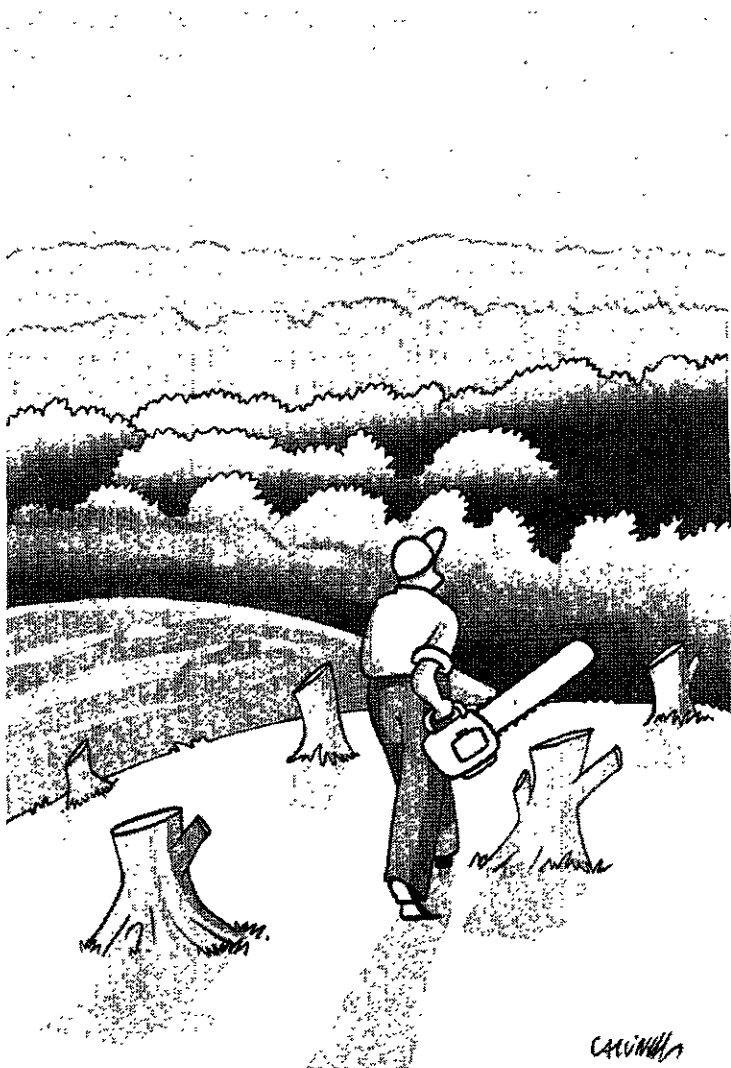
Não é preciso esperar novas pressões internacionais para tomarmos juízo

terrestre hoje está perigosamente próximo do equilíbrio: 1,6 gigatoneladas liberadas para a atmosfera por mudanças no uso da terra e uma aparente absorção de 1,9 gigatoneladas. Mudanças modestas no uso da terra ou na fisiologia dos ecossistemas (por aquecimento adicional ou seca) poderiam alterar fa-

cilmente o balanço dos fluxos terrestres de carbono, passando de uma pequena fonte de absorção líquida para uma fonte de emissão líquida. Isto é, mais desmatamento poderá gerar novas pressões sobre a Amazônia, onde é maior o índice de mudança no uso da terra e desmatamento.

Não têm faltado vozes para recomendar caminhos adequados para a Amazônia. Ainda recentemente, num seminário realizado pelo Instituto de Economia da Unicamp, com a presença de vários e destacados especialistas – entre eles Ignacy Sachs, Mary Allegretti e Philip Fearnside –, chegou-se ao consenso em torno de alguns pontos.

O primeiro considera im-



INSTITUTO
SÓCIO-AMBIENTAL

Documentação

Fonte: OESP

Data: 24/9/99 Pg. 12

Class: 106

prescindível mudar a estratégia de integração da região, começando por uma moratória nos novos eixos de penetração e pela recuperação dos já existentes e inoperantes. Trata-se de tarefa que exige até uma rediscussão dos chamados eixos de desenvolvimento no âmbito do PPA. A própria secretária da Amazônia, Mary Allegritti, tem dito que é preciso evitar fazer da região um pólo exportador de grãos.

Também é fundamental mudar os parâmetros que garantem rentabilidade ao uso predatório de recursos naturais. É preciso criar políticas e instrumentos que punam fortemente esse uso, incorporem os custos ambientais e tornem a predação inviável.

Será indispensável complementar a renda das atividades extrativistas – que hoje são, na maioria, deficitárias –, atribuindo-lhes um adicional pelos serviços de gestão e conservação da biodiversidade; parte desse custo deveria ficar a cargo da comunidade internacional, que se beneficia da conservação.

Outro consenso está em concentrar os estímulos à intensificação da agropecuária, em bases tecnológicas adequadas à região, em cerca de 10 milhões de hectares já desmatados e próximos da concentração populacio-

nal. Os restantes 40 milhões de hectares desmatados deveriam ser parte de uma política de incentivos a projetos de silvicultura, que serviriam também de zonas-tampão entre a floresta e as regiões mais densamente ocupadas. Esse ponto confere também com as recomendações do professor Paulo de Tarso Alvim, da Academia Brasileira de Ciências, para quem “a área total a ser plantada com culturas selecionadas não deveria ocupar mais que uma pequena fração da região, talvez não mais de 1% da Amazônia brasileira, nos próximos 20 ou 30 anos”.

Paralelamente, seria preciso uma penalização severa e eficaz da criação extensiva de gado, assim como a inviabilização das que ocorrerem fora das áreas delimitadas.

Segundo os especialistas, não há como fugir a uma intervenção no mercado de terras, para reduzir o uso especulativo. Nem a políticas agrárias em outras regiões que minimizem a migração para a Amazônia.

Poder-se-ia acrescentar a necessidade de revogar a Medida Provisória 1736-36, de maio deste ano. Juristas como o professor Paulo Affonso Leme Machado já demonstraram sua inconstitucionalidade. E ela contribui para o desmatamento, ao permitir a reposição de reserva legal fora das áreas onde ocorra o corte (que pode ser de espécies mais nobres).

Ao lado da recomendação de um diálogo intenso entre os vários atores regionais – governos, ONGs, universidades, empresários, etc. – e de uma reformulação nos caminhos brasileiros do PP-G7 (não podemos continuar não utilizando os recursos postos à nossa disposição pela cooperação internacional), parece um receituário sensato. E muito adequado, no momento em que o próprio presidente Bill Clinton anuncia que vai triplicar os recursos para pesquisas sobre a biomassa como fonte de energia nos Estados Unidos. Nenhum outro país, como o Brasil, tem tanta condição de criar uma “civilização da biomassa”, já enfatizaram muitos especialistas. E a Amazônia é o lugar natural para a ênfase nesse caminho, nas dezenas de milhões de hectares já desmatados e sem utilização adequada.

Não é preciso esperar novas pressões internacionais para tomarmos juízo.

INSTITUIÇÃO	
Documentação	
POLICIA AMBIENTAL	
Fonte	OESP
Data	24/9/99 Pg. A2 cont.
Class.	100